

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.287 - SP (2019/0297313-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : BARBARA MARIA CORNACHIONI GIMENES
ADVOGADO : BÁRBARA MARIA CORNACHIONI GIMENES -
SP270061
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAMIL ANTONIO VIUDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

JAMIL ANTONIO VIUDES acoima de ilegal acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 7001045-11.2018.8.26.0576, em que **foi mantida a decisão que homologou cálculo que considerou a data da decisão que concedera a progressão ao regime semiaberto como termo inicial para a aferição do tempo necessário à progressão ao regime aberto.**

A defesa alega que a data base para a progressão ao regime aberto deve ser a data em que o sentenciado preencheu o lapso temporal para a progressão ao regime semiaberto, independentemente da data da decisão judicial que deferiu o benefício, tendo em vista seu caráter declaratório, razão pela qual **requer a alteração da data-base para nova progressão.**

Decido.

Consoante asseverado pela Corte de origem, "necessária se faz a permanência do sentenciado no regime intermediário, pelo prazo estipulado em lei, antes que seja colocado em meio aberto, evitando-se a frustração da finalidade ressocializadora da pena" (fl. 29)

A respeito do tema, urge consignar que este Superior Tribunal é firme em assinalar que **a data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos objetivo e subjetivo do art. 112 da Lei de Execução Penal.**

Prevalece o entendimento já adotado pelo Supremo Tribunal, de que a **decisão que defere a progressão de regime é declaratória**, e não constitutiva. Não se pode desconsiderar, em prejuízo do sentenciado, o período em que permaneceu cumprindo pena enquanto o Judiciário analisava seu requerimento de progressão.

Superior Tribunal de Justiça

Ilustrativamente:

[...] A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, acompanhando o posicionamento adotado pela Suprema Corte no HC n. 115.254, Relator o Ministro Gilmar Mendes, modificou seu entendimento no sentido de que, nos casos em que houver excesso de prazo na apreciação do pedido de progressão de regime prisional, a data inicial para a progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime (AgRg no REsp 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2016) [...] (**HC n. 449.221/RJ**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 29/6/2018).

[...]

3. **Flagrante ilegalidade.** A data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das execuções deferiu o benefício.

4. **Agravo regimental improvido.** Ordem concedida de ofício a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para considerar a data-base para progressão de regime a data de implementação dos requisitos [...] (**AgRg no REsp n. 1721008/SP**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 6/6/2018).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem** para fixar a data em que o apenado cumpriu os **requisitos objetivo e subjetivo** para a promoção ao regime semiaberto como termo *a quo* a ser observado em futuro pedido de progressão de regime.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**